

De dívida externa Bancos credores fazem avaliação positiva

por Roberto Baraldi
de São Paulo

A carta de intenções encaminhada pelo Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI), embora não estabeleça um cronograma para a retomada dos pagamentos de juros e amortizações da dívida externa, foi recebida com um misto de alívio e satisfação pelos bancos credores. Isso porque a carta de intenções enfatiza que o País vai voltar à mesa de negociações com os bancos comerciais e com o Clube de Paris, que reúne as agências oficiais, buscando um acordo duradouro.

O alívio dos banqueiros justifica-se porque a retomada de negociações com o Brasil acontecerá antes do fechamento de seus próximos balanços — em dezembro ou março, dependendo do País. Mesmo que o Brasil não retome o pagamento de juros, medida que ajudaria os lucros das instituições, ao menos os administradores dos bancos poderão esclarecer nos relatórios da administração que este credor está disposto a se acertar com o banco, aplacando, desta forma, o humor dos acionistas, conforme observou a este jornal o executivo de um grande banco estrangeiro.

A satisfação deve-se ao fato de que a carta de intenções é o primeiro passo para a reentrada do País na comunidade financeira internacional, o que traz a perspectiva, mesmo que ainda tênue, de retomada do pagamento de juros e de oportunidades de negócios nas áreas de comércio exterior e de privatização das empresas estatais.

MUITO POSITIVO

Takanori Suzuki, presidente do Banco de Tokyo, subsidiária brasileira do

The Bank of Tokyo, classificou como muito positiva a aproximação entre Brasil e FMI. "Se a iniciativa de retorno à comunidade financeira internacional não fosse tomada até o início do próximo ano, a situação se agravaria muito", disse Suzuki.

O gesto brasileiro, segundo o presidente do Banco de Tokyo, tem vários desdobramentos. O primeiro deles pode ser maior flexibilidade dos bancos estrangeiros na concessão de linhas de crédito de curto prazo para o financiamento do comércio exterior. Essas linhas, devido à crise da dívida externa, tiveram seu prazo médio reduzido de 180 para 60 dias e passaram a custar mais ao País, enquadrado como um risco maior para os bancos.

No caso do seu relacionamento com o Japão, a retomada do diálogo com o FMI reabilita o Brasil a negociar linhas de financiamento e investimento através do Fundo Nakasone, que podem chegar a US\$ 1,5 bilhão, distribuídos entre vários projetos.

The Bank of Tokyo é o décimo maior credor privado do País. Seus créditos somam US\$ 1,25 bilhão, o equivalente a 1,26% da dívida registrada.

Fontes do Chase Manhattan, o segundo maior credor brasileiro, com um "exposure" de US\$ 2,32 bilhões, também classificaram a atitude brasileira como sendo positiva. A instituição trabalha com a expectativa de que o pagamento de juros, mesmo que simbólico, seja retomado até o final do ano. Tal medida, de acordo com o banco, viabilizaria o acesso brasileiro a fontes externas de financiamento, necessárias para complementar a poupança doméstica na alavancagem do crescimento econômico.